

Estados já podem rolar dívida ^{Pública} total

A Seplan autorizou os tesouros estaduais a rolarem 100 por cento da sua dívida interna, formada basicamente pelo endividamento mobiliário. A informação foi dada ontem pelo secretário de Articulação com os Estados e Municípios, Antônio Augusto Reis Velloso. O Governo já tinha autorizado os estados e municípios a rolarem 75 por cento do principal e dos juros da parcela da dívida externa que vence neste ano. Ou seja, o Governo permitiu uma rolagem de 900 milhões de dólares.

O chefe da Sarem disse também que a Seplan mantém a expectativa inicial de que neste ano as transferências institucionais a estados e municípios chegarão aos 39 bilhões de cruzados. Os estados, por conta do Fundo de Participação, receberiam 18,5 bilhões de cruzados, e os municípios, da mesma forma, ganhariam a parcela de 20,2 bilhões de cruzados.

Reis Velloso explicou que a Seplan está esperando da Secretaria da Receita Federal a mais recente estimativa de arrecadação de Imposto sobre a Renda e de Imposto sobre Produtos Industrializados em função do Plano Cruzado. Como se sabe, os Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios, são formados por 31 por cento da arrecadação do IR e do IPI.

O assessor do ministro João Sayad acredita que os efeitos do Programa de Estabilidade Econômica sobre a receita dos dois tributos serão compensados pelos resultados do pacote fiscal do final do ano passado, que ampliou a incidência do Imposto sobre a Renda nos níveis salariais mais altos e sobre os ganhos de capital. "Acredito que, no final das contas, manter-se-á o valor da estimativa inicial em termos nominais" comentou Antônio Augusto Reis Velloso, que observou que a autorização para uma rolagem de 100 por cento da dívida interna dos estados se justifica pela inexistência de fluxo de entrada de recursos externos.